

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

A Natureza e o Conceito do Direito



Atena
Editora
Ano 2019

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

(Organizador)

A Natureza e o Conceito do Direito

**Atena Editora
2019**

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
N285	A natureza e o conceito do direito 1 [recurso eletrônico] / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (A Natureza e o Conceito do Direito; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-676-8 DOI 10.22533/at.ed.768190810 1. Direito – Filosofia. 2. Direitos humanos. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. CDD 340
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A natureza e o conceito do Direito – Vol. I, coletânea de vinte e oito capítulos de pesquisadores de diversas instituições, corresponde a obra que discute temáticas que circundam o universo jurídico.

Os textos aqui relacionados versam sobre inúmeras vertentes da ciência do direito. Inicialmente, contribuições sobre direitos humanos no cenário internacional, no plano interamericano, mas também no território nacional. Os princípios ligados aos direitos humanos, o respeito, a efetividade e a aplicabilidade são o foco de muitos dos capítulos, além de estudos que pautam as singularidades vivenciadas por grupos minoritários da sociedade como refugiados, mulheres, crianças e adolescentes.

Avançando, a educação é compreendida também como eixo motivador ao ponto que temos contribuições que pairam sobre a legislação específica para o ensino. Além da legislação em si, temos reflexões sobre o ensino jurídico na contemporaneidade nacional e os seus reflexos na formação do jurista. Finalizando esse volume, temos uma interação bem relevante para o desenvolvimento econômico e social, a relação entre direito e tecnologia.

Tenham ótimos diálogos!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A TUTELA DOS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS NO SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	
<i>Noedi Rodrigues da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7681908101	
CAPÍTULO 2	13
O CASO BARRETO LEIVA VS. VENEZUELA: A GARANTIA DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO E O FORO ESPECIAL POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO NA ÓTICA DA JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	
<i>Bruno Augusto Pasian Catolino</i>	
<i>Julia Rocha Chaves de Queiroz e Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7681908102	
CAPÍTULO 3	25
A RESPONSABILIDADE DO ESTADO PELAS SITUAÇÕES DEGRADANTES DOS PRESOS: AFRONTA À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	
<i>Alana Tiosso</i>	
<i>Izabella Affonso Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7681908103	
CAPÍTULO 4	37
DA CONCORDÂNCIA PRÁTICA AO ATIVISMO JUDICIAL: PAPEL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS, TORNANDO-OS REALIDADE	
<i>Ruy Walter D`Almeida Junior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7681908104	
CAPÍTULO 5	49
O PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA E A FUNÇÃO JURISDICIONAL NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: O DESAFIO DO JUIZ FRENTE ÀS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS	
<i>Mozart Gomes Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7681908105	
CAPÍTULO 6	72
CLAMOR POPULAR POR PENA DE MORTE E PENAS DESUMANAS COMO UM OBSTÁCULO À PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E EFICÁCIA DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	
<i>Edilson de Souza da Silva Junior</i>	
<i>Luciano de Oliveira Souza Tourinho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7681908106	
CAPÍTULO 7	79
A UNIVERSALIZAÇÃO DA INTERNET E OS DIREITOS HUMANOS	
<i>Mateus Catalani Pirani</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7681908107	

CAPÍTULO 8	94
SAÚDE E IMIGRAÇÃO: DA GARANTIA DE DIREITOS À COMPREENSÃO DO PROCESSO SAÚDE-DOENÇA	
<i>Ana Izabel Nascimento Souza</i> <i>Ana Bárbara de Jesus Chaves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7681908108	
CAPÍTULO 9	98
OBSTÁCULOS AO DESENVOLVIMENTO DO REFÚGIO	
<i>Thiago Raoni Marques Tieppo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7681908109	
CAPÍTULO 10	112
O DIREITO HUMANO DE ACESSO À JUSTIÇA PARA OS REFUGIADOS E OS OBSTÁCULOS ENFRENTADOS PARA SUA EFETIVAÇÃO	
<i>Brunela Vieira de Vincenzi</i> <i>Manuela Coutinho Costa</i> <i>Priscila Ferreira Menezes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76819081010	
CAPÍTULO 11	124
REFÚGIO E DIREITOS HUMANOS: A INEFICIÊNCIA DA CONVENÇÃO DE DUBLIN III FRENTE À CRISE MIGRATÓRIA DA SÍRIA	
<i>Matheus de Lucas Theis Poerner</i> <i>Érika Louise Bastos Calazans</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76819081011	
CAPÍTULO 12	136
RECONHECIMENTO E FEMINISMOS: A LUTA PELA EFETIVIDADE DOS DIREITOS DAS MULHERES	
<i>Talitha Saez Cardoso</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76819081012	
CAPÍTULO 13	148
DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS: AS ROUPAS FEMININAS COMO VETOR DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	
<i>Valcelene Amorim Pereira</i> <i>Tânia Rocha Andrade Cunha</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76819081013	
CAPÍTULO 14	156
O ATIVISMO JUDICIAL E A QUESTÃO DA INFERTILIDADE FEMININA	
<i>Francisco José da Silva Júnior</i> <i>Diego Sidrim Gomes de Melo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76819081014	

CAPÍTULO 15	167
LIBERDADE OU EXPLORAÇÃO SEXUAL?: A PROSTITUIÇÃO ENQUANTO FENÔMENO JURÍDICO-SOCIAL A PARTIR DO LIBERALISMO E DO MARXISMO	
<i>Saada Zouhair Daou</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76819081015	
CAPÍTULO 16	183
VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO AMBIENTE INTRAFAMILIAR E OS DANOS EMOCIONAIS E PSÍQUICOS: QUANDO A ESCUTA PEDE SOCORRO DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE	
<i>Maria Rita Rodrigues Constâncio Menezes</i>	
<i>Pedro Henrique Simões</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76819081016	
CAPÍTULO 17	198
A OCORRÊNCIA DO CRIME DE ABANDONO INTELECTUAL E AS REFORMAS NECESSÁRIAS PARA RESPONSABILIZAÇÃO EFETIVA DA FAMÍLIA	
<i>Eduardo Marques da Fonseca</i>	
<i>Lillian Lettiere Bezerra Lemos Marques</i>	
<i>Luciana Carrilho de Moraes.</i>	
<i>Gerson Tavares Pessoa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76819081017	
CAPÍTULO 18	212
O DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR DA CRIANÇA E ADOLESCENTE E SEU DIREITO DE MANIFESTAÇÃO	
<i>Maria Dinair Acosta Gonçalves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76819081018	
CAPÍTULO 19	220
A EFETIVIDADE DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE FRENTE AO FORNECIMENTO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS PARA MENORES	
<i>Pablo Martins Bernardi Coelho</i>	
<i>Tamires Eduarda Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76819081019	
CAPÍTULO 20	230
APLICAÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO AOS ADOLESCENTES E JOVENS AUTORES DE ATO INFRACIONAL NO MUNICÍPIO DE SERRA-ES	
<i>Maria José Coelho dos Santos</i>	
<i>Eliaidina Wagna Oliveira da Silva</i>	
<i>Dora Susane Fachetti Miotto</i>	
<i>Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva</i>	
<i>Marcelo Plotegher Campinhos</i>	
<i>César Albenes de Mendonça Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76819081020	

CAPÍTULO 21	240
A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE RESSOCIALIZAÇÃO DO JOVEM INFRATOR	
<i>Valdir Florisbal Jung</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76819081021	
CAPÍTULO 22	250
DIREITO EDUCACIONAL - INTRODUÇÃO À ABORDAGEM EPISTEMOLÓGICA	
<i>Adelcio Machado dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76819081022	
CAPÍTULO 23	261
AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA) NO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA – IFRO EM CONSONÂNCIA COM A POLÍTICA E A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL	
<i>Márcia Sousa de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76819081023	
CAPÍTULO 24	273
UMA REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO DE UM OPERADOR DO DIREITO	
<i>Vitória Regina Maia Castelo Branco</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76819081024	
CAPÍTULO 25	283
QUALIDADE DE ENSINO NAS FACULDADES DE DIREITO DO BRASIL E O FUTURO ADVOGADO	
<i>Hélio da Fonseca Cardoso</i>	
<i>João Luís Lopes Cardoso</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76819081025	
CAPÍTULO 26	288
10ENVOLVER E JUVENTUDE: EMPODERAMENTO DO GRUPO UNIJOVENS, OUSADIA & ALEGRIA DE SANTA LUZIA, CRISÓLITA/MG	
<i>Valéria Cristina da Costa</i>	
<i>Luís Ricardo de Souza Corrêa</i>	
<i>Larissa Maria de Souza</i>	
<i>André Luiz Nascimento Dias</i>	
<i>Leonel de Oliveira Pinheiro</i>	
<i>Deliene Fracete Gutierrez</i>	
<i>Jamerson Pereira Duarte</i>	
<i>Daniela Luiz da Silva</i>	
<i>Thamyres Rafaelly Antunes</i>	
<i>Juliana Lemes da Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76819081026	
CAPÍTULO 27	300
DESVELANDO A EVOLUÇÃO DAS TEORIAS DO RISCO PARA ADEQUADA GESTÃO DO NANOWASTE	
<i>Daniele Weber S. Leal</i>	
<i>Raquel Von Hohendorff</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76819081027	

CAPÍTULO 28 313

A IMPROBABILIDADE DA COMUNICAÇÃO ENTRE O DIREITO E A CIÊNCIA
SOBRE RISCO REPRESENTA UM OBSTÁCULO PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DAS NANOTECNOLOGIAS?

Raquel von Hohendorff

Daniele Weber da Silva Leal

DOI 10.22533/at.ed.76819081028

SOBRE O ORGANIZADOR..... 325

ÍNDICE REMISSIVO 326

AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA) NO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA – IFRO EM CONSONÂNCIA COM A POLÍTICA E A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Márcia Sousa de Oliveira

Universidade Federal de Rondônia

Porto Velho – RO

RESUMO: Este artigo tem como proposta fazer uma reflexão a respeito do novo paradigma motivado pelo avanço tecnológico e as perspectivas para a Educação a partir da convergência das inúmeras possibilidades trazidas pelas TICs (Tecnologia da Informação e Comunicação) no âmbito escolar, em especial, a utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), no Instituto Federal de Rondônia – IFRO, em consonância com as exigências legislativas educacionais. Nesse contexto, torna-se relevante o desafio que a escola tem de se adequar para incluir novos elementos à prática educacional, a fim de contribuir no ensino-aprendizagem. Contudo, é importante que o professor esteja preparado não só para disseminar informações aos alunos, mas sim, possa permitir que compreendam o processo comunicacional nas suas mais variadas dimensões e o uso consciente dos conteúdos que lhes são apresentados, a fim de torná-los cidadãos críticos diante da realidade que os cerca. Para tanto, não basta ser apenas um professor para mediar os conhecimentos possibilitados através das mídias, é preciso que seja um Educomunicador, pois somente

por meio da Educomunicação se concretiza a função social da escola, como um lugar democrático e aberto à discussão. Este trabalho tem com base teórica Castells (2003), Freire (1983), Lévy (1998), Perrenoud (2000), dentre outros autores.

PALAVRAS-CHAVE: Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), Educomunicação, função social, tecnologia.

VIRTUAL LEARNING ENVIRONMENT (AVA) AT THE FEDERAL INSTITUTE OF RONDÔNIA - IFRO IN ACCORDANCE WITH EDUCATIONAL POLICY AND LEGISLATION

ABSTRACT: This article has as proposal to reflect on the new paradigm motivated by technological advance and the perspectives for the Education from the convergence of the innumerable possibilities brought by the TICs (Information Technology and Communication) in the school scope, in particular, the use of the Virtual Learning Environment (VLE), in the Federal Institute of Rondônia - IFRO, in accordance with the policies and educational legislative requirements. In this context, it is relevant the challenge that the school has to adapt to include new elements to the educational practice in order to contribute to the teaching and learning. However, it is important that the teacher is prepared not only to disseminate information to the students, but also to enable

them to understand the communicational process in its most varied dimensions and the conscious use of the contents presented to them, in order to make them citizens critical of the reality that surrounds them. To do so, it is not enough to be just a teacher to mediate the knowledge made possible through the media, it must be an Educommunicator, because only through the Educommunication is the social function of the school materialized as a democratic place open to discussion. This work has as theoretical basis Castells (2003), Freire (1983), Lévy (1998), Perrenoud (2000), among other authors.

KEYWORDS: Virtual Learning Environment (AVA), Educommunication, social role, technology.

1 | INTRODUÇÃO

Para realizar a análise sobre educação e comunicação, mediada pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem, serão utilizadas como base as reflexões de Paulo Freire em Educação e Mudança, Perrenoud, sobre as 10 novas competências para ensinar, Libâneo com a obra “Adeus professor, adeus professora?”, McQuail no livro “Introducción a la teoría de la comunicación de masas” e Manuel Castells com a Galáxia da Internet. Além de diversos autores que pesquisam sobre a temática.

Quando se pensa no avanço tecnológico e a rapidez com que são transmitidas as informações, que hoje são instantâneas, não tem como a escola ficar alheia a este fato, por isso há o temor de que a partir desse novo paradigma o professor fique subjugado. Pensando nesse novo dilema, busca-se neste artigo uma reflexão acerca da utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação, em especial, o Ambiente Virtual de Aprendizagem adotado pelo Instituto Federal de Rondônia – IFRO para auxiliar os professores nas aulas presenciais e a distância.

No entanto, não se pode utilizar as tecnologias da informação e comunicação de forma despreocupada, é preciso haver um compromisso por parte dos educadores com os educandos a partir das informações repassadas, uma vez que as mesmas terão um impacto decisivo na vida desses alunos, pois, querendo ou não, uma educação básica de qualidade, segundo Libâneo (2017, p. 10-11), deveria comportar as seguintes características: preparação para o mundo do trabalho, formação para a cidadania crítica, preparação para a participação social e formação ética. É, portanto, a função social da escola a partir da prática do professor em sala de aula, ao debater ou discutir temas que estão vigentes na sociedade e que precisam de resolução.

A sociedade em que vivemos é definida por McQuail (1985, p. 64) como a sociedade da informação, uma vez que, a enorme circulação de informações dentro e fora das fronteiras nacionais, o apogeu do saber como fonte de riqueza e poder e a grande dependência dos atuais sistemas econômicos e políticos das tecnologias de informação e comunicação causaram grandes transformações na sociedade. Por isso, os aspectos econômicos, políticos, sociais e educacionais. McQuail (1985, p.

73) ainda destaca os estudos sociológicos realizados nos Estados Unidos pela Escola de Chicago, realizados por Robert Park, para demonstrar as mudanças que a mídia acentuou com a imigração nos Estados Unidos pela ausência de vínculo ou sentido da comunidade.

De acordo com McQuail (1985, p. 90-91), são inúmeros os desafios da perspectiva crítico-social influenciados, inicialmente por Mills (1956) nos Estados Unidos, e em seguida por Marcuse (1964) na Europa. Mills denunciou e descreveu a mídia organizada nos Estados Unidos no pós-guerra como instrumento de poder da elite, para o conformismo da combinação do Estado com a ordem econômica. Já com Marcuse, na Europa, a perspectiva crítico-social atingiu um nível internacional na década de setenta. Nesse segundo momento, os pesquisadores conseguiram “decodificar” as mensagens ideológicas dos espaços de entretenimento e de notícias promovidos pelos meios de comunicação de massa, que buscam legitimar as estruturas de poder estabelecidas e a neutralizar a oposição. Nesse sentido, as ferramentas educacionais que utilizam a internet como fonte de informação e não como fonte de comunicação pode acabar pervertendo a interação entre professores e alunos.

2 | METODOLOGIA

A pesquisa realizada é qualitativa e de cunho bibliográfico. Foram analisados documentos institucionais de implantação do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) no Instituto Federal de Rondônia – IFRO. Ainda para a concretização deste trabalho, foi feito um levantamento acerca da Educação a Distância (EaD), Educação e Tecnologia e Educomunicação.

3 | DIREITO NA AMAZÔNIA AS TICS NA EDUCAÇÃO: AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA) NO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA - IFRO

Popularmente conhecido pelos alunos do IFRO como AVA, o Ambiente Virtual de Aprendizagem, é uma plataforma que auxilia o professor em atividades presenciais e não presenciais, que por meio de *softwares* possibilita a criação de cursos cujo acesso se dá pela Internet. O AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) foi projetado para ajudar professores na administração de conteúdos e controle de acessos dos alunos na realização de atividades, pois permite o acompanhamento da evolução dos alunos nos exercícios propostos, principalmente, porque o professor tem a possibilidade de dar o *feedback* para o aluno e sanar as dúvidas referentes à atividade mediada no ambiente virtual.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem é desenvolvido pelo MOODLE, que significa, *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*, que corresponde

a um *software* livre que possibilita o ensino-aprendizagem, uma vez que permite a criação de cursos *on-line*, páginas de disciplinas, grupos de trabalho e comunidades de aprendizagem. É, portanto, um meio de interação entre professores e alunos com a finalidade educativa. O fato de estar acessível em 75 línguas distintas facilita a utilização das ferramentas.

Apesar de ser um ambiente virtual, Pinheiro destaca a preocupação com as questões legais e éticas ao acessar a internet ao afirmar que:

Educar na sociedade digital não é apenas ensinar como usar os aparatos tecnológicos no ambiente escolar. Educar é preparar indivíduos adaptáveis e criativos com habilidades que lhe permitam lidar facilmente com a rapidez na fluência de informações, acompanhando as transformações e sendo parte delas, de modo responsável, ético e legal. É preparar cidadãos digitais para um novo mercado de trabalho que exige postura adequada, segurança da informação, respeito às leis, inclusive na Internet. (PINHEIRO, 2007, p. 2)

A segurança da informação é um tema que deve ser discutido nas escolas, pois o significado de liberdade já não é mais o mesmo que a geração analógica viveu. Ao colocar em prática a educação contemporânea da Sociedade Digital, é preciso que o educador compreenda que os jovens da atualidade são muito diferentes dos jovens de uns vinte anos atrás. A Sociedade Digital demanda múltiplas habilidades e desde cedo exerce a liberdade de expressão, assegurada pela nossa Carta Magna de 1988, em seu art. 5º, IV, que versa sobre a liberdade de manifestação do pensamento (BRASIL, 2017, p. 17), além de ter o mundo inteiro a um click.

Ao falar em liberdade, é interessante que se fale também em cautela, pois segundo Pinheiro (2007, p. 4), com vontade de provar de tudo, as pessoas acabam exorbitando a barreira do que é ético e legal. E apesar de ser um ambiente virtual, não se pode alegar falta de conhecimento de leis acerca do tema. Assim, os educandos devem ser orientados em relação à utilização correta da rede ou tecnologia, e estar preparado para as implicações advindas com o mau uso da rede, principalmente as redes sociais, pois é onde mais está exposta sua vida.

Não se pode esquecer o papel fundamental do gestor, que ao propiciar uma estratégia de comunicação pedagógica leva à instituição e à comunidade sua função social ao prevenir e educar quanto à utilização correta das TICs. Não basta promover a inclusão digital, se faz necessária a Educação Digital, pois do contrário, o simples fato de utilização da tecnologia sem critérios corre o risco de gerar danos irreparáveis, segundo Pinheiro (2007, p. 7).

Pensando em suprir a necessidade de integração das mídias na educação, o Instituto Federal de Rondônia utiliza o Ambiente Virtual de ensino-aprendizagem (AVEA), que pode ser conceituado da seguinte maneira:

O Ambiente de Aprendizagem, ou AVA, é um aplicativo web onde os educadores e alunos podem disponibilizar materiais didáticos, realizar trabalhos escolares, armazenar arquivos privados, enviar mensagens entre os usuários, criar

Certamente este não deve ser o único recurso didático que deve ser empregado pelo professor, pois necessita que haja energia elétrica e laboratório de informática com acesso à internet ou os celulares dos alunos. O professor só não pode é ficar condicionado às tecnologias e esquecer que há outros recursos que possibilitam a aprendizagem dos alunos. É preciso utilizar um meio termo por parte do professor para que não cometa exageros ao utilizar somente uma estratégia de ensino.

Ao contrário do que possa parecer, a palavra virtual não deve ser vista como o oposto de real. De acordo com Lévy (1998, p. 10, tradução nossa), “O virtual tende a atualizar-se, ainda que não se concretize de um modo efetivo ou formal”. Na obra “O que é o virtual?”, o autor explica que virtual se opõe ao que é atual, e que, portanto, virtual é o que potencialmente pode se transformar em atual, segundo a filosofia escolástica, que entende que o virtual é aquilo que existe em potência, mas não em ato. Ainda na mesma obra Lévy (1998, p. 10) traz a procedência da palavra virtual, que vem do latim medieval *virtualis* e provém de *virtus*, que por sua vez significa força, potência.

Merece destaque no livro de Lévy (1998, p. 56) o nascimento das linguagens como a virtualização do presente, sendo a linguagem uma das três virtualizações criadas pela espécie humana. A linguagem é tida em primeiro lugar porque virtualiza um “tempo real” que aprisiona aos vivos no aqui e agora. Assim, com o surgimento da linguagem, os seres humanos passaram a habitar um espaço virtual. Lévy (1998, p. 56) diferencia o tempo humano dos demais da seguinte maneira:

O tempo humano não tem nada a ver com o modo de ser de um parâmetro ou de uma coisa (não é precisamente real), mas sim, no de uma situação aberta. Dentro deste tempo concebido e vivido desta forma, a ação e o pensamento não só consiste em selecionar entre possíveis predeterminados, e sim em reelaborar constantemente uma configuração significativa dos objetivos e as obrigações, em improvisar soluções, em reinterpretar uma atualidade passada que continua nos comprometendo. (LÉVY, 1998, p. 56- 57, tradução nossa)

Finalmente, Lévy (1998, p. 57) afirma que o tempo como extensão completa só existe virtualmente, por isso, o significado de real não pode ser contraposto ao virtual, impossível. Schlemmer (2002, p. 178) reforça a ideia de que os ambientes virtuais favorecem a interação através de uma abordagem metodológica realmente inovadora que compreenda uma construção cooperativa do conhecimento por meio da interdisciplinaridade. A autora também destaca como deve ser a atitude dos educadores ao dizer que:

Para isso, faz-se necessário que educadores despendam esforços para encontrar estratégias que venham aproximar a docência no ensino superior às demandas do mundo atual, a reestruturar seus paradigmas, tentando não perder de vista o aspecto qualitativo da vida acadêmica reflexiva, científica e profissional. É importante, também, que os educadores estabeleçam a articulação de

conhecimentos, relacionando pontos de vista na perspectiva de um pensamento complexo e interdisciplinar, construindo, assim, suporte para a Inteligência Coletiva - contraditória, dialética, ativa e propositiva -, possibilitando um processo de interação que favoreça estratégias de ação cooperativa. (SCHLEMMER, 2002, p. 178)

Desta forma, segundo Quintela (2014, p.32), o ambiente virtual de aprendizagem contribui para a interação entre emissor e receptor.

4 | EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E CRITICIDADE

Considerando esse novo panorama tecnológico, Patrik Mendelsohn alerta sobre o papel do professor frente a esse novo mundo do conhecimento em uma revista com o título “Se não se ligar, a escola se desqualificará”:

“As crianças nascem em uma cultura que se clica, e o dever dos professores é inserir-se no universo de seus alunos.”

“Se a escola ministra um ensino que aparentemente não é mais útil para uso externo, corre um risco de desqualificação. Então, como vocês querem que as crianças tenham confiança nela?” (suplemento de informática de L'Hebdo, dezembro de 1997, p. 12 *apud* PERRENOUD, 2000, p. 125, grifo do autor)

É preciso ter muito cuidado com a utilização das tecnologias da informação e da comunicação pelo fato de não só causarem mudanças na forma de comunicar, como também, ao trabalhar, decidir e pensar (PERRENOUD, 2000, p. 125). Ou seja, o papel da escola é fundamental na hora de mediar as informações transmitidas pelos meios de comunicação e fazer com que os alunos possam assimilar tais informações de maneira crítica e não apenas aceitá-las como chegam, sem ao menos refletir sobre a veracidade dos fatos, pois, conforme afirma Perrenoud, não é fácil diferenciar as propostas lúcidas e desinteressadas dos modismos e das estratégias mercantis. Para ter uma ideia do problema, Perrenoud alerta sobre o monopólio da palavra pelos segmentos abaixo:

- vendedores de máquinas, de **softwares** ou de comunicação em busca de mercados, mas principalmente de influências;
- políticos preocupados em não perder a virada informática e telemática, prontos para medidas espetaculares, por menos fundamento que tenham;
- especialistas dos usos escolares das novas tecnologias, autores de **softwares** educativos, formadores em informática e outros gurus da Internet, que procuram obter a adesão de todos à informática, nos moldes da fé e da conversão. (PERRENOUD, 2000, p. 125, grifo do autor)

No processo educativo a comunicação é primordial, como afirma Freire (1983, p. 28), o homem não vive isolado, como uma ilha, é comunicação, comunhão e busca. Assim, só a troca de informações entre professores e alunos não é educação, pois há apenas aceitação por parte do aluno, que não questiona. Freire destaca a necessidade da consciência crítica da seguinte forma:

O desenvolvimento de uma consciência crítica que permite ao homem transformar a realidade se faz cada vez mais urgente. Na medida em que os homens, dentro de sua sociedade, vão respondendo aos desafios do mundo vão temporalizando os espaços geográficos e vão fazendo história pela sua própria atividade criadora. (FREIRE, 1983, p. 33)

Assim, sem uma consciência crítica, Freire (1983, p. 33) garante que o que veremos é uma imitação. A partir do momento em que o ser humano passa a imitar o outro, deixa de ser ele mesmo. Isso também ocorre como a imitação servil em relação a outras culturas produziria uma sociedade alienada ou sociedade objeto, uma vez que perde parte de sua identidade. E quando a sociedade é alienada, enxerga os fatos ao seu redor como os olhos de outrem, em uma realidade imaginária. O problema da imitação é a passividade, na ausência da autocrítica. Porém, para que todos possam expressar sua opinião seria necessária uma sociedade justa, para garantir a oportunidade às massas para que as mesmas possam ter opção, desde que não seja a da elite. Com isso, para ter uma consciência criadora e comunicativa é preciso haver democracia.

Na América Latina, no que tange à educação, ainda existe uma prevalência vertical, em que o professor é o detentor do conhecimento, por isso superior aos demais, que repassa conhecimentos aos ignorantes. Esse tipo de pensamento constitui uma consciência bancária, que segundo Freire, se caracteriza por:

O educando recebe passivamente os conhecimentos, tornando-se um depósito do educador. Educa-se para arquivar o que se deposita. Mas o curioso é que o arquivado é o próprio homem, que perde assim seu poder de criar, se faz menos homem, é uma peça. O destino do homem deve ser criar e transformar o mundo, sendo o sujeito de sua ação. (FREIRE, 1983, p. 38)

Há uma interpretação errônea acerca da consciência bancária, destaca Freire (1983, p. 38), já que, entende-se que quanto mais se deposita informações mais se aprende, todavia, o resultado é na verdade a formação de indivíduos medíocres, sem capacidade de criação. No entanto, quem não se enquadra na consciência bancária é visto como inadaptável e precisa igualar-se aos demais medíocres. O que se encontra nas escolas brasileiras é a consciência ingênua, pois o professor não é desafiado por seus alunos, que devido à passividade aceitam tudo que é dito sem questionar.

Nesse mesmo panorama, na obra as 10 novas competências para ensinar, Perrenoud (2000, p. 125) cita a utilização das novas tecnologias, pois entende que corresponde a uma competência fundada na cultura tecnológica e assim como Freire (1983, p. 38), diz sobre os perigos e limites que as novidades tecnológicas trazem. Perrenoud explica sobre a cultura tecnológica ao dizer que:

Uma cultura tecnológica de base também é necessária para pensar as relações entre a evolução dos instrumentos (informática e hipermissão), as competências intelectuais e a relação como o saber que a escola pretende formar. Pelo menos sob esse ângulo, as tecnologias novas não poderiam ser indiferentes a nenhum professor, por modificarem as maneiras de viver, de se divertir, de se informar, de

trabalhar e de pensar. Tal evolução afeta, portanto, as situações que os alunos enfrentam e enfrentarão, nas quais eles pretensamente mobilizam e mobilizarão o que aprenderam na escola. (PERRENOUD, 2000, p. 138-139)

O saber que a escola pretende formar é um tema constante nas reflexões referentes à educação e tanto Freire como Perrenoud, entendem que a formação crítica dos educandos deve ser tratada com atenção.

4.1 Educomunicação

Com o advento das TICs na educação, os professores precisaram repensar suas práticas pedagógicas, já não dá para atuar em sala de aula com há 20 anos, pois a tecnologia está por toda parte, principalmente, nas mãos dos alunos, por isso, é preciso que os educadores se capacitem para que possam utilizar os recursos tecnológicos com consciência.

Do ponto de vista mais abrangente, até mesmo a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) apresentou uma reflexão sobre a formação do professor frente às TICs. Em um documento intitulado “Padrões de Competência em TIC para Professores, (UNESCO, 2009, p.1 *apud* Nagamini, 2016, p. 14), mostra a importância do professor no uso efetivo da tecnologia durante a escolarização e que desta forma os alunos têm a oportunidade de alcançar complexas capacidades em tecnologia, orientado pelo professor, quem estabelece o ambiente e organiza as oportunidades de aprendizagem, além de facilitar a utilização da tecnologia por parte do aluno para aprender e se comunicar. Para que essa prática se concretize é preciso que o professor se prepare para poder ofertar as possibilidades de aprender aos alunos.

Estamos em ecossistema comunicativo, que de acordo com Martín-Barbero (1996 *apud* Nagamini, 2016, p. 15), corresponde a um ambiente tecnológico e comunicativo que nos envolve com a mescla de várias linguagens e modifica as formas de aquisição do saber e conhecimento. O ecossistema comunicativo se dá a partir das vivências e relações que se estabelecem no mesmo, que pode ser unidirecional, autoritário e anti-dialógico, quando houver uma relação vertical, sem diálogo ou crítica. Nesse posicionamento, os alunos são vistos como uma tábua rasa, que precisam ser preenchidos com os saberes dos professores.

Pensando em mudar esse panorama surge a Educomunicação, que para Soares (2000, p. 12), representa um novo campo, o das mediações. Diferente do que se via anteriormente no ambiente escolar, uma relação vertical. Agora, de acordo com Soares (2000, p. 21), a preocupação social motivada pela inter-relação comunicação/educação, também denominada Educomunicação, que estrutura-se de modo midiático, transdisciplinar e interdiscursivo consolidado na prática pelos atores sociais com vistas a promover a intervenção social.

A teoria das mediações teve destaque no mundo ibero-americano com Martín-

Barbero (1987 *apud* Soares, 2000, p. 22) ao garantir fundamental transformação na pedagogia da educação para os meios. A respeito das mediações, Soares explicita os motivos que motivaram sua expansão:

Trata-se de uma área que vem ganhando grande exposição devido à rápida evolução das descobertas tecnológicas e de sua aplicação ao ensino, tanto o presencial quanto o a distância. Sabemos que os recursos tecnológicos clássicos, como o rádio e a televisão, tiveram dificuldade de ser absorvidos pelo campo da educação, especialmente por seu caráter lúdico e mercantil. (SOARES, 2000, p. 22)

Devido à rejeição por parte de educadores em adotar o rádio e a televisão, essa resistência se estendeu as demais tecnologias até que chegou o computador e mudou essa realidade, pois abarca todas as necessidades laborais de alunos e professores.

Da combinação da Educação e da Comunicação surge a Educomunicação. O primeiro deriva das Ciências Humanas e Sociais, já o segundo, das Ciências Sociais Aplicadas e a interação das duas contribui para o convívio social democrático, que para Nagamini (2016, p. 16-17), é responsável por uma produção e consumo crítico, capaz de promover a cultura inclusiva. Isso só foi possível porque as práticas da Educomunicação se consolidaram a partir da reflexão epistemológica sobre a inter-relação comunicação/educação como elemento cultural emergente, que conforme Soares (2000, p. 23), é uma reflexão acadêmica.

Freire, (1979, p. 60 *apud* Nagamini, 2016, p. 17) define as ações da Educomunicação como sendo inclusivas, democráticas, midiáticas, criativas e consoantes com a perspectiva dialógica de educação, o que antes era dominado pela relação interpessoal vertical, agora é horizontal, já não se fala em transferência de saber, mas sim, em encontro de sujeitos interlocutores que procuram a significação dos significados.

Ao compreender a Educomunicação com uma troca de saberes, é notável a visão que os Educomunicadores possuem. Em pesquisa realizada pelo Prof. Dr. Ismael de Oliveira Soares sobre “O Perfil do Educomunicador” foi verificado que os valores desses profissionais são diferentes dos demais educadores. Assim, Soares destaca:

Dentre os "valores educativos" que dão suporte às "articulações" exercidas pelo profissional do novo campo, destacam-se: a) a opção por se aprender a trabalhar em equipe, respeitando-se as diferenças; b) a valorização do erro como parte do processo de aprendizagem, c) a alimentação de projetos voltados para a transformação social. Um grande número de respostas ao questionário aponta, por fim, como expectativa de resultado, a formação para a cidadania e para ética profissional, objetivando a educação do "cidadão global". (SOARES, 1999, p. 2)

A Educomunicação propõe, portanto, que a escola seja um espaço democrático, aberto às discussões, em que não só a escola é responsável por transformar a realidade da comunidade, e sim a comunidade em parceria com a escola pode sanar

os problemas relativos ao processo educativo.

Depois, em 2004, Soares define o que é Educomunicação ao responder para uma cursista em um encontro promovido pelo projeto Educom.rádio, em São Paulo. A resposta de Soares foi a seguinte:

- 1 - [...] a Educomunicação define-se como um conjunto das ações destinadas a: 1 - integrar às práticas educativas o estudo sistemático dos sistemas de comunicação (cumprir o que solicita os PCNs no que diz respeito a observar como os meios de comunicação agem na sociedade e buscar formas de colaborar com nossos alunos para conviverem com eles de forma positiva, sem se deixarem manipular. Esta é a razão de tantas palestras sobre a comunicação e suas linguagens);
- 2 - criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos (o que significa criar e rever as relações de comunicação na escola, entre direção, professores e alunos, bem como da escola para com a comunidade, criando sempre ambientes abertos e democráticos. Muitas das dinâmicas adotadas no Educom apontam para as contradições das formas autoritárias de comunicação);
- 3 - melhorar o coeficiente expressivo e comunicativo das ações educativas (Para tanto, incluímos o rádio como recurso privilegiado, tanto como facilitador no processo de aprendizagem, quanto como recurso de expressão para alunos, professores e membros da comunidade); (SOARES, 2004, p. 1-2)

É possível perceber que a Educomunicação permite à escola ser um lugar democrático e com isso mais perto da comunidade ao permitir ecossistemas comunicativos que são auxiliados pelas tecnologias da informação e comunicação. Ainda que o ambiente de aprendizagem seja virtual, não deve ser menosprezado, pois as interações humanas já não são mais as mesmas.

5 | DISCUSSÃO

A proposta deste artigo foi analisar as questões referentes às TICs, especificamente o Ambiente Virtual de Aprendizagem no Instituto Federal de Rondônia – IFRO, cuja finalidade é contribuir de forma significativa no ensino- aprendizagem a distância, presencial ou semipresencial. É um recurso que auxilia professores e alunos ao permitir que haja uma comunicação/interação entre os atores envolvidos e assim favoreça a participação ativa do aluno, uma vez que é realizado o registro de todas as atividades propostas pelo professor e realizadas pelos alunos.

Todavia, para que as mídias sejam inseridas nas práticas educativas, é preciso que o professor possa repensar suas práticas de ensino e se qualificar, pois do contrário, a escola buscará outro profissional com esse perfil, que aceite e domine as tecnologias, porque na atualidade, quem não se atualiza fica para trás, é uma novidade a cada dia.

6 | RESULTADO

Para resolver essa questão de passividade e aceitação por parte do receptor

sem que seja feita uma análise crítica sobre os fatos noticiados pela mídia, surge a Educomunicação, cuja proposta é transformar a escola em um ambiente de diálogo, em que todos possam participar das discussões em prol da comunidade. Não é a escola que deve resolver os problemas sociais, é necessária uma interação entre escola e comunidade. Dentro da própria escola também é preciso que haja um diálogo entre professores, alunos, gestores, etc, ou seja, todos os atores envolvidos no ambiente escolar. Assim, uma figura importante neste panorama é a do Educomunicador, capaz de realizar trabalhos interdisciplinares, interdiscursivos, que aceita as diferenças e valoriza o conhecimento prévio do aluno.

Ao realizar todas essas reflexões referentes à utilização das TICs na educação, em específico o AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem disponível no Instituto Federal de Rondônia – IFRO, tanto nos cursos a distância quanto nos presenciais e semipresenciais, é possível afirmar que esse recurso se utilizado de forma consciente por professores e alunos pode propiciar uma aprendizagem interativa e dialógica. Como já foi salientado anteriormente, qualquer recurso tecnológico deve ser tratado com cautela por parte de educadores e educandos, pois ainda que seja em ambiente virtual, há regras a serem respeitadas.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma reflexão interessante é sobre as novas linguagens trazidas pelas TICs, que alterou significativamente a forma de comunicação em todos os setores da vida e a escola também se viu afetada por essa nova forma de comunicação. Se antes havia somente o emissor e o receptor, hoje, há vários emissores e vários receptores ao mesmo tempo, já que vivemos em rede e estamos conectados.

O fato de estarmos conectados facilita a troca de informações, mas não quer dizer se seja efetivamente comunicação, uma vez que existe uma diferença entre ambas as palavras. Quando se transmite uma informação, não há uma discussão sobre a mesma, apenas é recepcionada sem nenhum posicionamento crítico. Já a comunicação, que de acordo com Freire (1983, p. 28) é comunhão, requer um diálogo entre o emissor e o receptor, por isso é democrática e justa.

Outro dado importante diz respeito ao tempo, que segundo Lévy (1998), o tempo humano não é real, com a utilização das TICs houve uma virtualização do tempo, são muitas informações simultâneas, e para que as pessoas se atualizem sobre todas as notícias do dia é necessário desprender bastante tempo do seu dia para que possa dar conta de todas as informações e isso acaba tornando as pessoas dependentes das mídias. E o pior é que devido à rapidez com que são postas as informações o receptor não consegue fazer um juízo de valores e acaba aceitando as notícias conforme a mídia bem entende, muitas vezes, ou quase sempre, manipulando.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília, Supremo Tribunal Federal – Secretaria de documentação, 2017.
- _____. Ministério da Educação. **Manual Moodle** – Virtual IFRO: Versão do aluno. Ji-Paraná, 2015.
- CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet**. Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Tradução Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. ed. 7. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.
- IFRO. **Ambiente Virtual de Aprendizagem do Instituto Federal já é realidade em Rondônia**. Disponível em: <<http://www.ifro.edu.br/site/noticias/ambiente-virtual-de-aprendizagem-do-instituto-federal-ja-e-realidade-em-rondonia/?p=4891&article2pdf=1>>. Acesso em: 20 dez. de 2017.
- _____. **Ambiente Virtual de Aprendizagem é disponibilizado para alunos de Ariquemes**. Disponível em: <<http://www.ifro.edu.br/site/?p=7295>>. Acesso em: 20 dez. de 2017.
- LÉVY, Pierre. **¿Qué es lo virtual?** Tradução Espanhol Diego Levis. Barcelona: Paidós, 1998.
- LIBÂNIO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professor? - Novas exigências educacionais e profissão docente**. ed. 13. São Paulo: Editora Cortez, 2017.
- MCQUAIL, Denis. **Introducción a la teoría de la comunicación de masas**. Traducción Patrick Ducher. ed. 3. Barcelona: Editora Paidós Ibérica, 1985.
- NAGAMINI, Eliana (org.). **Série Comunicação e Educação** – Processos educativos na interface Comunicação e Educação. V. 2. Ilhéus/Bahia: UESC, 2016.
- PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- PINHEIRO, Patrícia Peck. **Boas práticas legais no uso da tecnologia dentro e fora da sala de aula** - Guia rápido para as instituições educacionais. São Paulo, 2007.
- QUINTELA, Ariádne Joseane Félix; ZAMBERLAN, Miguel Fabrício. **Ambientação para EaD** – Informática para Internet. Cuiabá: Ed. UFMT, 2014.
- SCHLEMMER, Eliane. **AVA: Um ambiente de Convivência Interacionista Sistêmico para Comunidades Virtuais na Cultura da Aprendizagem**. Porto Alegre. Outubro de 2002.
- SOARES, Ismar de Oliveira. **Mas, afinal, o que é Educomunicação?**. Disponível em: <<http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/27.pdf>>. Acesso em: 31 dez. 2017.
- _____. **O perfil do Educomunicador**. 1999. Disponível em: <<http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/29.pdf>>. Acesso em: 31 dez. 2017.
- _____. **Educomunicação: um campo de mediações**. P.12-24. São Paulo, 2000. Disponível em: <<http://criancaconsumo.org.br/wp-content/uploads/2000/09/Educomunicacao-um-campo-de-mediacoes.pdf>>. Acesso em: 31 dez. 2017.

SOBRE O ORGANIZADOR

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Organizador de obras coletivas pela Atena Editora. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orcid: orcid.org/0000-0002-5472-8879. E-mail: <awsvasconcelos@gmail.com>.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abandono 96, 157, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 214, 232, 233, 244

Adolescente 184, 185, 186, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 199, 200, 204, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 245, 247, 248

Ativismo judicial 37, 39, 42, 43, 45, 156, 157, 158, 161, 162, 164, 165, 166

C

Criança 163, 184, 185, 186, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 199, 200, 201, 204, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 245, 248, 294

D

Desenvolvimento 1, 2, 5, 6, 26, 27, 28, 37, 39, 40, 41, 42, 54, 60, 63, 65, 66, 74, 80, 82, 83, 88, 90, 91, 96, 98, 106, 107, 129, 138, 139, 141, 144, 158, 190, 191, 193, 200, 201, 206, 212, 214, 219, 221, 223, 229, 232, 233, 237, 238, 239, 241, 247, 250, 251, 253, 259, 267, 277, 278, 281, 288, 289, 290, 291, 299, 301, 302, 303, 304, 305, 308, 309, 313, 314, 315, 316, 322, 323, 325

Dignidade 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 57, 61, 62, 66, 69, 72, 74, 75, 79, 80, 85, 104, 105, 110, 116, 129, 137, 140, 141, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 165, 178, 183, 185, 190, 196, 200, 213, 218, 219, 221, 233, 241

Direito 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 46, 47, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 98, 99, 100, 101, 104, 105, 106, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 144, 146, 148, 153, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 172, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 187, 193, 195, 196, 198, 200, 201, 206, 207, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 224, 229, 237, 240, 241, 244, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 263, 273, 274, 276, 278, 279, 280, 281, 283, 284, 285, 300, 301, 302, 304, 306, 307, 308, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 321, 322, 323, 324, 325

Direitos fundamentais 2, 26, 28, 32, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 49, 52, 53, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 70, 93, 105, 123, 132, 153, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 164, 165, 166, 186, 198, 233, 278

Direitos humanos 1, 3, 5, 6, 9, 11, 12, 19, 20, 21, 28, 29, 34, 35, 36, 49, 60, 61, 68, 69, 72, 74, 75, 78, 79, 80, 83, 87, 90, 91, 92, 96, 97, 101, 102, 103, 104, 108, 109, 110,

114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 136, 137, 138, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 153, 195, 212, 214, 216, 217, 218, 219, 237, 292, 325

E

Educação 6, 7, 10, 11, 54, 74, 77, 78, 83, 85, 88, 146, 153, 170, 195, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 206, 207, 210, 211, 213, 221, 227, 229, 232, 233, 238, 240, 241, 244, 245, 246, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 266, 267, 268, 269, 271, 272, 281, 325

Efetivação 41, 47, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 121, 145, 164, 165, 185, 200, 207, 233, 274

Ensino 156, 166, 183, 201, 202, 204, 205, 206, 207, 208, 227, 228, 247, 250, 251, 252, 253, 254, 256, 257, 258, 260, 261, 264, 265, 266, 269, 270, 273, 279, 280, 281, 283, 284, 285, 324, 325

Estatuto 28, 99, 100, 113, 125, 126, 129, 184, 186, 191, 192, 195, 196, 199, 200, 201, 204, 207, 208, 211, 219, 220, 221, 225, 227, 230, 231, 233, 234, 235, 239, 240, 241, 242, 248, 259

Exploração 158, 167, 168, 169, 172, 179, 180, 186, 191, 200, 209, 210, 213, 221, 241

F

Família 6, 54, 61, 163, 172, 180, 185, 186, 194, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 206, 207, 208, 210, 213, 215, 217, 218, 221, 222, 226, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 241, 248, 277, 283

Feminino 136, 137, 138, 139, 151, 152, 153, 154, 156, 170, 175, 186, 187, 188, 224

Feminismo 136, 137, 139, 141, 143, 146, 167, 169, 170, 173, 174, 175, 176, 178, 180

Formação 17, 62, 75, 90, 119, 126, 201, 213, 223, 224, 242, 245, 248, 250, 253, 254, 262, 267, 268, 269, 273, 274, 278, 279, 280, 281, 283, 292, 325

J

Jurisprudência 13, 15, 18, 20, 21, 23, 24, 30, 38, 44, 46, 68, 70, 185, 190, 228, 253, 258, 259, 280, 281

L

Legislação 7, 19, 29, 34, 35, 45, 46, 60, 62, 89, 114, 124, 130, 193, 198, 199, 210, 217, 220, 225, 226, 227, 232, 239, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 261, 278, 284, 307

Liberdade 8, 21, 26, 28, 29, 32, 50, 55, 57, 60, 61, 62, 63, 65, 67, 70, 74, 76, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 102, 104, 126, 130, 148, 151, 152, 153, 158, 160, 167, 169, 170, 181, 200, 201, 213, 215, 216, 218, 221, 226, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 241, 242, 244, 245, 248, 253, 256, 264, 292, 293, 297

M

Medida socioeducativa 234, 235, 236, 237, 238, 245, 246, 247

Mulher 137, 138, 139, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 156, 163, 164, 165, 167, 170, 172, 175, 177, 178, 181, 182, 186, 187, 224, 294, 298

P

Pessoa humana 4, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 34, 57, 62, 63, 66, 69, 72, 74, 85, 90, 104, 105, 110, 156, 157, 158, 159, 162, 165, 213, 218

Princípios 28, 32, 38, 43, 49, 55, 56, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 74, 78, 85, 89, 96, 103, 104, 105, 110, 158, 165, 183, 184, 191, 195, 201, 225, 226, 227, 231, 233, 234, 237, 250, 251, 252, 253, 255, 256, 258, 259, 273, 275, 305, 321

R

Refugiados 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135

Refúgio 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 124, 125, 129, 132

Responsabilidade 9, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 77, 89, 93, 106, 120, 124, 125, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 202, 203, 204, 211, 216, 218, 227, 233, 234, 235

Ressocialização 34, 51, 54, 66, 77, 229, 240, 244, 248

S

Sistema Interamericano 1, 4, 5, 6, 11, 12, 19

Sociedade 27, 34, 36, 51, 54, 59, 62, 64, 66, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 90, 91, 93, 96, 97, 114, 116, 119, 120, 126, 139, 140, 141, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 157, 159, 160, 161, 164, 170, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 182, 185, 186, 198, 200, 201, 203, 206, 208, 209, 210, 213, 214, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 227, 228, 232, 233, 234, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 248, 250, 262, 264, 267, 270, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 282, 292, 298, 304, 305, 306, 309, 310, 311, 314, 316, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324

T

Tecnologia 73, 80, 81, 84, 90, 91, 161, 260, 261, 263, 264, 268, 272, 274, 301, 302, 303, 306, 307, 310, 315, 316, 320

V

Violência 8, 34, 73, 76, 102, 104, 112, 113, 120, 133, 137, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 152, 153, 154, 155, 175, 177, 178, 180, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 200, 209, 210, 212, 213, 221, 224, 232, 241, 242, 244, 246, 292, 293, 294

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-676-8

